

Estudante com Deficiência nos Cursos de Direito no Brasil e Chile: Um Olhar para as Políticas de Inclusão e o Trabalho Docente

Valdir Bittencourt Junior

147ª Defesa:

20 de dezembro de 2021

Membros da Banca Examinadora:

Profa. Dra. Sonia Maria Ribeiro (Orientadora/UNIVILLE)

Prof. Dr. Álvaro Luiz Moreira Hypolito (UFPel)

Profa. Dra Iana Gomes de Lima (UNIVILLE)

RESUMO

A presente pesquisa vincula-se à linha de Pesquisa Trabalho e Formação Docente, e ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho e Formação Docente – GETRAFOR, entrelaçado ao projeto guarda-chuva que estuda a educação especial na educação superior: políticas, saberes e práticas educativas no âmbito do trabalho e formação docente – PESPE, do Programa de Mestrado em Educação da Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE. Como principal objetivo buscou-se compreender como as instituições de Ensino Superior dos Cursos de Direito das Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE no Brasil e da Universidad de Atacama – UDA, no Chile, contemplam a regulamentação e implementação das políticas públicas no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial. Para tanto, participaram da pesquisa coordenadores pedagógicos, coordenadores da graduação e professores(as) do Curso de Direito de ambas as universidades. A coleta de dados ocorreu in loco por meio de entrevista semiestruturada e questionário com perguntas abertas e fechadas. O estudo pautouse em uma abordagem qualitativa, nos preceitos da teoria histórico-cultural e a análise de conteúdo inspirada em Bardin (2016) e Franco (2012) foi utilizada para a categorização e análise dos dados que estão divididos nas seguintes categorias: perfil dos participantes; Políticas Institucionais voltadas a inclusão do Estudante com Deficiência; Formação Docente e Capacitação na Perspectiva da Inclusão do Estudante com Deficiência; Desafios vivenciados pelos docentes e estudante com deficiência e a dialogicidade com instituição de educação superior. Entre os autores utilizados na discussão das categorias estão: Vygotsky (1988, 2003, 2010); Echeita (2006); Michels (2006); Pimenta (1995); Arroyo (2000, 2012); Sacristán (2002, 2013); e Freire (2007, 2016). Constatou-se a importância dos documentos internacionais voltados à inclusão da pessoa com deficiência na organização das políticas de formação docente nos países estudados e observou-se que elas apresentam similaridades. Para mais, foi possível compreender que nas instituições pesquisadas, quando se trata de inclusão de pessoa com deficiência, mesmo com políticas internas, ainda há um longo caminho a percorrer para que se concretize de forma mais abrangente. Brasil e Chile possuem políticas de inclusão da pessoa com deficiência na educação superior e ambas as universidades pesquisadas possuem políticas internas e programa de inclusão, todavia, podemos observar que os professores que são os responsáveis em transmitir o conhecimento e proporcionar a inclusão no ambiente escolar, ainda afirmam desconhecer as políticas internas e admitem que não estão preparados para essa inclusão. Fica explícito a importância das políticas que regem sobre a formação docente para o trabalho

com o estudante com deficiência, embora ainda existam fragilidades neste processo. A formação docente é um dos alicerces do processo de educação inclusiva e os desafios precisam ser levados em consideração para que se priorizem políticas públicas de formação pautadas nessa temática e venham contribuir para o saber e prática docente, não podendo ser ela a única responsável pelo êxito do sistema educacional.

Palavras-chave: Políticas de Inclusão, deficiência, Educação Superior, Trabalho docente, Curso de Direito.